



Rei Ambrósio de Minas Gerais e o ofuscamento da história e da memória de um líder quilombola

King Ambrósio of Minas Gerais and the dazzling of the history and memory of a quilombola leader

Jeremias Brasileiro

Doutorando em História

Universidade Federal de Uberlândia

jeremiasbrasileiro59@hotmail.com

Recebido em: 08/12/2017

Aprovado em: 24/01/2018

Resumo

Por meio dessa abordagem propomos uma revisão historiográfica inicial sobre a existência de dois personagens centrais – Ambrósio e Chico Rei – na historiografia *congadeira* e dos quilombos de Minas Gerais para pensarmos a respeito das construções históricas do passado e de que forma determinadas versões podem servir a um grupo social dominante. A organização da narrativa se verifica por meio de suportes como documentos institucionais incluindo cartas e relatório antropológico, recursos eletrônicos, recursos em audiovisual e testemunhos orais. O período abordado remonta de 1710 a 1760, no Estado de Minas Gerais, não descartando outras temporalidades em decorrência dos registros obtidos por meio da oralidade. As reflexões do ponto de vista historiográfico estão voltadas para a História Social com recorte na história cultural por meio da micro-história e de produções bibliográficas que contemplam realidades em que estão inseridas as populações quilombolas e as tradições afro-raciais das comunidades negras.

Palavras-Chave: Quilombos, Histórias, Ofuscamentos.

Abstract: Through this approach we propose an initial historiographical review of the existence of two central characters - Ambrósio and Chico Rei - in the historiography *congadeira* and of the *Quilombos* of Minas Gerais to think about the historical constructions of the past and how certain versions can serve a social group dominant. The organization of the narrative is verified through media as institutional documents including letters and anthropological report, electronic resources, audiovisual resources and oral testimonies. The period covered dates from 1710 to 1760, in the State of Minas Gerais, not ruling out other temporalities as a result of the records obtained through orality. The reflections from the historiographical point of view are focused on Social History with a cut in cultural history through microhistory and bibliographical productions that contemplate realities in which the *quilombola* populations and the *Afro-racial* traditions of the black communities are inserted.

Keywords: *Quilombos*, Histories, Obfuscations.



Introdução

Quaisquer que sejam as circunstâncias históricas, as unanimidades que coroam os heróis são perigosas. Esse pressuposto não invalida, porém, as tentativas de se discutir questões pertinentes às construções dos mitos e dos heróis, motivação que nos induz a pensar sobre tais personagens nesse texto. As duas figuras que tratamos nessa abordagem referem-se ao mitológico Chico Rei, reverenciado principalmente a partir da cultura religiosa da Congada e de outro lado, o quase desconhecido Rei Ambrósio, líder quilombola de um dos maiores quilombos do Brasil, o Quilombo de Campo Grande ou como mais conhecido, Quilombo de Ambrósio. Com esse viés, pretende-se analisar acontecimentos e consequências relativas à construção de mitos em detrimento de personagens reais desta história.¹

Os quilombos estão diretamente ligados ao período escravocrata no Brasil, e em Minas Gerais, ainda há pouca produção historiográfica sobre as suas existências. O interesse dos folcloristas de época estava voltado para manifestações culturais e religiosas, entre as quais uma figura mítica bastante difundida, Chico Rei, o escravo que era rei e criou a irmandade do rosário e a festa das congadas no interior de Minas, enquanto de outro lado, não se propagava evidente, a existência dos quilombos e de igual modo um de seus líderes mais respeitados, reconhecido como Rei Ambrósio.

Tarcísio Martins, pesquisador há mais de duas décadas do Quilombo do Campo Grande em Minas Gerais informa que “Ambrósio foi praticamente tirado da historiografia mineira. [Enquanto] Chico Rei foi propositadamente mais divulgado, [pois] Chico Rei na realidade [seria] um Rei trabalhador submisso que perpassava a ideia de que o negro só daria certo se obedecesse a regra do jogo do branco”.²

Simultaneamente a essa mitificação de Chico Rei, a historiografia se esquecia de Ambrósio, o agricultor que não era rei, que se tornou guerreiro e líder principal do Quilombo de Ambrósio que foi destruído em meados do século XVIII, na região do Alto Paranaíba em Minas

¹ Por volta de 1726 as terras de Cristais foram ocupadas por negros fugitivos sob a liderança do Rei Ambrósio. Àquela época, o município recebia o nome de “Meia Laranja”. Conta-se que o Quilombo de Ambrósio chegou a ter mais de 15000 negros, e foi o maior e mais duradouro da história de Minas Gerais. Atacado pela milícia em 1746, a mando da Coroa de Portugal, ocorre a morte do Rei Ambrósio. Os negros sobreviventes fundaram um segundo “Quilombo de Ambrósio”, este localizado em Ibiá e Campos Altos – MG, que foi dizimado em 1759. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/quilombo-de-ambrosio>. Acesso em 20/07/2012. Veja-se também em: CARTA DA CÂMARA DE TAMANDUÁ À RAINHA MARIA Iª. ACERCA DE LIMITES DE MINAS GERAIS COM GOIÁS, datada do século XVIII, publicada na Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1897; e outras cartas disponíveis no Arquivo Público Mineiro sobre o Quilombo do Ambrósio. Transcrição de Tarcísio José Martins. No prelo. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1007&op=1>. Acesso em 01/08/2017.

² MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande aos Martins**. Flávio Frederico (diretor). Tempo, 49' (NTSC), som, color, legendado. São Paulo, Kinoscópio, 2007.



Gerais. Chico Rei por outro lado, é adotado historiograficamente como o verdadeiro criador das Congadas em Minas Gerais a partir da sua construção mitológica surgida por meio da literatura do escritor Diogo de Vasconcelos³. Para muitos congadeiros que associam essa figura mitológica como indivíduo real, seu papel heroico vem da libertação de escravos sem ter feito uso de fugas e revoltas. Essas possibilidades, contudo, podem ser problematizadas quando temos acesso a outras fontes históricas em que os reinados congadeiros preocupavam a coroa portuguesa.

Contextualização dos acontecimentos: Congado, quilombos e poder.

No início do século XVIII identificam-se manifestações da cultura religiosa da Congada⁴ em Minas Gerais por meio de registros de viajantes europeus, folcloristas, padres e leigos católicos. Contudo é possível considerar que esses rituais existissem muito antes das primeiras anotações desses observadores europeus e naturalmente, para a época, apesar de evidenciar visões importantes, estavam impregnadas de preconceitos, em que negros livres ou escravizados eram destituídos de suas dignidades humanas, vistos como exemplares exóticos, alegres, farristas, malandros, pouco afeitos ao trabalho.

Durante séculos foi construído esse ideário sobre a indolência do negro, pejoratividades essas fundamentadas com estórias que justificavam as “razões” pelas quais os negros eram seres inferiores, despreocupados, festivos, sem compromissos maiores com a vida. A dinâmica dessas agressividades tinha por objetivo fazer com que o negro reagisse ao “estágio de preguiça”, no entanto, todo esse arcabouço de negatividades contribuía para a fundamentação de uma visão racista e preconceituosa em relação aos escravizados, pois quanto menos estima possuísem, menos problemas causariam aos escravocratas.

Um dos acontecimentos interessantes, que contradizem essa “passividade do negro” diante das adversidades da vida, são as diversas rebeliões escravas por todas as regiões do Brasil Colônia. Em Minas Gerais, onde as irmandades do rosário⁵, por um lado, se vinculavam ou estavam em conformidade com a igreja por fé e devoção; por outro, organizavam insurreições.

³A história de Chico Rei não possui registros históricos fidedignos. Ela aparece em uma nota de rodapé escrita por Diogo de Vasconcelos, em seu livro "História Antiga de Minas", de 1904. Antes da publicação desse livro em 1904, inexistia qualquer informação sobre esse personagem e, depois disso, até a presente data, todas as informações checadas pelo historiador Tarcísio José Martins, revelaram que, direta ou indiretamente, saíram da nota de rodapé do citado livro. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Rei. Acesso em 25/07/2011.

⁴ Utilizamos o termo Congado como referencial de organização cotidiana. Muitos autores preferem adotar a expressão Congada, principalmente quando trabalham com rituais, danças, festas, procissões e desfiles. Vários, porém, usam Congada a partir dos estudos de Mario de Andrade (1982), que utilizava para esses fins e outros, a nomenclatura “Danças Dramáticas”.

⁵ Cf.: BRASILEIRO, Jeremias. Irmandades de Nossa Senhora do Rosário: reflexões a respeito de suas formações complexas. In: **O ressoar dos tambores do Congado** - entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas. (1955 - 2011), p. 57-68. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012, 196f.



Dito isso, há necessariamente de nesse contexto fazer uma observação da distinção entre grupos étnicos que optavam pela integração como forma de sobrevivência cultural de suas próprias comunidades e de outros grupos rebeldes, que adotavam posturas de enfrentamentos ou que pelo menos tentavam confabular utilizando métodos da subversão direta. Em um relato registrado à época, percebe-se nitidamente que os negros, reunidos nessas irmandades, buscavam alternativas de liberdades que muitas das vezes terminavam em insucessos. De acordo com Barbosa:

No ano de 1719, D. Pedro de Almeida comunicava alarmado, o plano de levante geral dos negros. Alguns dias antes da semana santa, devido a discussões sobre a nação de que deveria sair o rei, quebrou-se o segredo, na comarca do Rio das Mortes (Sabará). Mandou então o Governador o Tenente – General João Ferreira Tavares à Comarca do Rio das Mortes, onde foram presos os reis Angola e Mina e cabos e oficiais já nomeados para a dita sublevação. Poderia D. Pedro de Almeida ter ficado alarmado com a eleição de reis e rainhas de verdade? É possível. Mas, sua comunicação ao monarca referia-se a documentos e provas da tentativa de levante e acrescentava que não era a primeira sublevação que os negros intentavam.⁶

Esse relato é resultante de uma tentativa de rebelião que os negros da irmandade do rosário pretendiam desencadear por ocasião das comemorações da semana santa, quando os rebelados, aproveitariam a ausência das famílias que estariam nas igrejas, para saquearem suas casas, levando alimentos e principalmente armas, matando os brancos que porventura reagissem. Desse modo, tomariam o poder local na Comarca do Rio das Mortes, transformando-a em uma região quilombola, como tantas outras já existentes e que causavam transtornos constantes aos representantes da coroa portuguesa.

Ao que parece, de acordo com o relato, a rebelião não obteve sucesso em decorrência das desavenças internas entre as nações de “Angola” e “Mina”, a respeito de quem deveria ser eleito Rei Congo e Rainha Conga no ano de 1719. Isso teria feito com que os derrotados, não satisfeitos com o resultado, quebrassem o segredo e delatassem a sublevação que seria deflagrada na semana santa daquele ano. É pertinente assim, o entendimento de que a Congada em Minas Gerais, a partir da utilização dos termos congos e reisados, tenha tido o seu início nos anos de 1700, quando já eram identificados “batuques de negros” na cidade de Ouro Preto e que junto a essa conjuntura, negros congadeiros igualmente rebelavam-se e não se conformavam com as suas existências enquanto cristãos escravizados.

A narrativa sobre a existência de Chico Rei pelo romancista Diogo Vasconcelos, publicada em 1904, se ambienta nessa época, ou seja, o início do século XVIII. As memórias em

⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Negros e quilombos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: (S.ED.) 1972, p. 155-157.



torno da lenda remetem a um rei de nação que viera em um navio chamado “Madalena”, com outros membros de sua família e seus respectivos súditos, tendo perdido durante a viagem a mulher e os filhos, com exceção de um. Batizado com o nome de Francisco, conseguiu com tempo e dedicação ao trabalho, adquirir uma mina de ouro, por meio da qual libertou vários escravizados, vindo a constituir uma irmandade do rosário. Com isso, por ocasião das festividades dos Reis Magos em janeiro e Nossa Senhora do Rosário em outubro, promovia-se grandes festejos que foram sendo disseminados pelas Minas Gerais, quer sejam por meio dos padres quando chegavam aos povoados ou mesmo através de negros livres ou escravizados.

Interessa-nos pensar quais motivações fizeram com que o mito de Chico Rei prevalecesse e se tornasse num personagem heroificado pelos adeptos das manifestações culturais e religiosas das Congadas em Minas Gerais? Seria uma invenção política de perfil senhorial da Igreja e da elite intelectual – balizada pelo romance de Diogo Vasconcelos – no sentido de fazer com que o negro acreditasse que o “trabalho libertava”, de que a liberdade só era possível a partir do sistema sociocultural imposto pelo estado através dos homens brancos? Por qual razão difundiu-se o mito de Chico Rei sob os auspícios de folcloristas e historiadores de época, enquanto que a figura emblemática do Rei Ambrósio era ocultada? Interessante nesse aspecto é uma fala de Tarcisio Martins a respeito da invenção de um herói e na negação de outro personagem, sujeito histórico das lutas quilombolas: “Ambrósio foi praticamente tirado da historiografia mineira. O problema do Ambrósio é o Chico Rei que o Diogo Vasconcelos inventou. Chico Rei foi propositadamente mais divulgado, virou filme, virou peça de teatro, virou livro e o Rei Ambrósio foi sumindo, sumindo”.⁷

Rei Ambrósio é aquele agricultor que existiu e resistiu como um guerreiro das armas, como um chefe das lutas quilombolas a enfrentar várias batalhas em diversas povoações sob a identidade de Quilombo do Campo Grande. Portanto, não se trata de um mito e sim de um líder quilombola, uma noção que poderia muito bem ser atribuída ao Rei Ambrósio.⁸ Naturalmente que os mitos são interessantes e contribuem às vezes para a constituição de identidades de um povo, principalmente quando surgem a partir da criação orgânica, tradicional das comunidades e não como invenções intelectuais que forjadas como lendas se propagam e se tornam em algo apropriado à posteriori sem maiores questionamentos.

⁷ MARTINS. **Quilombo do Campo Grande aos Martins**. Flávio Frederico (diretor). Tempo, 49' (NTSC), som, color, legendado. São Paulo, Kinoscópio, 2007.

⁸ Conforme vários estudos, o Quilombo do Ambrósio ou Campo Grande envolvia uma extensa região que poderiam ser denominadas de “comarcas quilombolas” que se iniciavam à margem direita do Rio Grande e norte de São José e São João Del Rei, entre os rios Pará e Paraopeba chegando-se até a atual região de Ibiá/Serra da Saudade e Medeiros, sendo que as lutas quilombolas se originaram a partir da destruição de povoados de negros livres ocorridas em 1746, principalmente, conforme cita Martins (1995).



Nisso consiste, por exemplo, a invenção de Chico Rei, publicada no ano de 1901 e reverenciada, disseminada como acontecimento datado do início do século XVIII.⁹ Isso, contudo, é uma perspectiva naturalizada de época, pois era um tempo em que profissionais oriundos da academia, por não terem opositores públicos em muitos lugares, poderiam tornar verídicas as histórias de seus senhores, de seus patrocinadores, algozes de outros, independentemente de existir ou não um mínimo de comprovação de fatos. A voz do branco senhorial não carecia de arguição, era universalista diante de qualquer circunstância contraditória e mais específica.

Desse modo, por serem igualmente os controladores dos meios de comunicações à época, determinavam os tipos de enfoques que seriam dados a muitos acontecimentos de acordo com as conveniências dos seus propositores. Por isso, são pertinentes as considerações que faz o historiador Anderson Ferreira, Secretário de Cultura da cidade de Ibiá - MG:

Mas é claro que aos advogados, médicos que tratam da literatura da época em MG, vinculados a uma elite do poder econômico, político e social, como de comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais, não interessavam a esses a difusão heroica da figura de Ambrósio e dos quilombolas, pois que além disso, não podemos esquecer que muitas das sesmarias conseguidas por fazendeiros, políticos, comerciantes, estavam em terras já ocupadas por negros livres. Essas povoações de negros livres foram sumariamente aniquiladas sob a justificativa de que se tratavam de quilombolas, o que era permitido para quem detivesse o poder local ou regional, do ponto de vista social, político, econômico e de armas, principalmente. Por isso acreditamos que muitas extensões de terras foram usurpadas dos negros livres e dos brancos pobres no interior de Minas Gerais, sendo que na região do Campo Grande tal prática não foi diferente.¹⁰

Terra e ouro constituíam-se em motivações centrais que justificavam o aniquilamento de povoações que abrigavam negros livres e brancos pobres e não somente escravos fugidos sediados em regiões denominadas de quilombos. Mais que a construção literária de um mito, de um herói que representasse a “virtuose” sob os desígnios de uma cultura ocidental e racista de época, essas representações contribuíam para o paulatino desaparecimento de povoações quilombolas para, no lugar dessas, ocuparem os territórios os fazendeiros oriundos do poder político da coroa portuguesa e de suas ramificações no interior de Minas Gerais, sem considerar qualquer tipo de posse anterior.

Os “negros fugidos”, quando se embrenhavam nas matas, tornavam-se desbravadores que utilizavam as terras para agricultura de subsistência, sem esquecer, que nesses lugares

⁹ DIOGO, Vasconcelos. **História antiga de Minas Gerais**. Beltrão/Ouro Preto-MG, 1901.

¹⁰ FERREIRA, Anderson Henrique. Entrevista realizada em 15 de julho de 2012 na cidade de Ibiá – MG.



encontravam pedras preciosas, diamantes, ouro e, sobretudo, enormes reservas de mananciais de água.

Portanto, procede das artimanhas jurídicas do Estado a destinação de poder para destruir povoações quilombolas a qualquer branco possuidor de bens materiais, incluindo armas. Esse pressuposto, sustentado por leis e decretos,¹¹ possivelmente fez com que aqueles detentores do poderio econômico à época aproveitassem-se dessas circunstâncias para apropriarem-se por meio da violência das armas ou de arcabouços jurídicos, de expressivas extensões de terras, dentre as quais já habitavam negros e brancos pobres em muitas dessas regiões que vieram a ser posteriormente consideradas sesmarias.¹² A Sesmaria era uma forma de concessão que a administração colonial portuguesa propiciava aos colonos que se dispusessem a transladar-se e permanecer nas colônias com o objetivo de promover a sua ocupação e a possível produtividade das mesmas. Essas concessões implicavam no pagamento de dízimos às ordens religiosas e de estarem sujeitas a outras condições.¹³

Nesse contexto é interessante pensar sobre a concepção de Quilombo de forma sumariada¹⁴. Quilombo na atualidade possui no mínimo duas concepções: o urbano e o rural. Por quilombo rural compreende-se aquele em que as comunidades vivenciam práticas sociais e culturais vinculadas a um espaço geográfico que lhes permita manter tradições oriundas de seus antepassados. Desse modo, os remanescentes ocupam espaços onde a comunidade tem acesso a rios, lagos, terras férteis para plantio e agricultura de subsistência, principalmente, ou para a comercialização dos mesmos, bem como de outras atividades artesanais e de gêneros alimentícios diversificados. Tem desde a época do escravismo uma concepção de organização política própria.

¹¹ Na tentativa de impedir que muitas vilas se tornassem povoados sob a direção de pretos livres, surgiam alegações como a da câmara de São João Del Rei em 1795 sobre a possibilidade do distrito ou vila de Campanha vir a se tornar povoado: “ não deve ser atendido tanto o seu número quanto sua qualidade: os moradores daquele lugar são a maior parte mulatos, escravos e mestiços, e Sua Majestade recomenda nas suas leis que se elejam para juízes e vereadores homens de nascimento, conceito?”. (Revista do Arquivo Publico Mineiro, ano I, fase 3ª, p. 461). MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande**: a história de Minas roubada do povo. São Paulo: Gazeta Maçônica, 1995, p. 156.

¹² Tarcísio Martins observa que entre os chamados quilombos, nem todos eram de escravos fugidos, que muitos desses “quilombos” descobertos que também se tornaram em sesmarias possuíam na realidade, povoados habitados por pretos livres, sendo que os povoados que se submeteram aos oficializadores de vilas, sobreviveram e deram origem a muitas das cidades de Minas Gerais, enquanto que aqueles que resistiam eram considerados quilombos, justificando dessa forma, a sua destruição.

¹³ O TREM DA HISTÓRIA. *Boletim Informativo do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá*. Araxá, Ano, Nº 2106, Julho/Dez. 1996. p. 06.

¹⁴ Sobre Quilombos ver: ANDRADE, M.P. **Terra de Índio**: terra de uso comum e resistência camponesa. Tese (doutorado em História) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1990; BANDEIRA, M. L. **Território Negro em Espaço Branco. Estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988; CARNEIRO, E.: **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958; GUSMÃO, N.M. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. *Cultura Vozes*, nº 6. São Paulo: Vozes, nov/dez de 1995; MOURA, M. M. **Os Deserdados da Terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; SILVA, L.O. **Terras Devolutas e Latifúndio - Efeitos da lei de 1850**. Campinas: Unicamp, 1996.



No que concerne ao Quilombo Urbano, é aquele que se verifica em um determinado período histórico uma expressiva presença de pessoas negras que se autodenominam atualmente descendentes de quilombolas. São esses remanescentes dos antigos quilombos ou de povoados similares, que por circunstâncias diversas tiveram de deslocar-se de seus lugares e procurar outras regiões ou que se tornaram vítimas das especulações imobiliárias, ajuntando-se dessa forma, em bairros periféricos que são denominados de quilombos urbanos, lugares em que se presencia uma forte presença de pessoas negras. Quando se pensa sobre a questão de quilombos e povoados, nota-se que as terras poderiam ser, num primeiro momento, usurpadas de quem nelas já habitavam, ou seja, os indígenas e os negros livres ou escravizados quilombolas e dos próprios brancos pobres que se embreavam pelo interior dos sertões de minas. Os que resistiam em seus quilombos ou povoados, negros livres ou escravizados, eram aniquilados se fossem pegos.

Um dos episódios obscuros de Minas Gerais, que se refere aos quilombos, está justamente na identificação de seus “heróis” como subversivos, que mesmo na historiografia surgem sem nomes próprios. São líderes anônimos como Ambrósio, sem nome, sem sobrenome, somente o Pai Ambrósio, o Rei Ambrósio. É essa a memória de um líder que mesmo reconhecido como guerreiro ficou apagada da história e que só a tradição oral, a partir de sua recorrência ao passado, tenta trazer luminosidade, uma vez que aos que construíram o tempo da memória passada, não interessavam divulgar a figura de um líder que poderia posteriormente tornar-se mártir de um povo oprimido.

Por isso, ser dono da terra e do ouro era não permitir que muitas extensões de terras pudessem vir a tornar-se propriedade material de negros livres ou de escravos fugidos. Desse modo, a justificativa de aniquilamento dessas povoações recorria-se ao fato de que onde houvesse negros formando povoados, estaria na realidade uma comunidade de quilombolas, de revoltosos, que precisavam ser destruídos. Vejamos o depoimento de um líder quilombola que atualmente luta pelo reconhecimento de uma propriedade na região do Quilombo de Ambrósio atacado em 1759¹⁵, sendo esse um dos remanescentes desses seus antepassados, o Sr. José Ventura, da família Teodoro Oliveira e Ventura situada no município de Serra do Salitre em Minas Gerais:

A gente precisa contar que quilombo é lugar de família, de resistência de um povo oprimido e não de gente assassina, aliás, o assassino é o Estado e aqueles que são seus protegidos, digo isso porque gente de minha família já foi morta por lutar por nossas terras que foram frutos de doação, mas sempre achavam melhor tratar nosso povo como escravos fugidos que deviam ser mortos em seus povoados, mesmo que fossem lugares de gente livre, que produzia na terra

¹⁵ REGISTRO DE CARTAS DO GOVERNADOR GOMES FREIRE DE ANDRADE AO SEU LUGAR TENENTE E AUTORIDADES DA CAPITANIA. Disponível no Cód. 116, 1755-1758. In: IPHAN. **Documentos Diversos e Dossiê de Tombamento do Quilombo do Ambrósio**. Ibiá, 1998.



para sobreviver. Nós agora temos condições de contar a nossa história sem deixar que tirem o brilho da luta de nossos ancestrais de guerreiros quilombolas, de gente capaz, quiseram, nos tirar da história do Brasil, mas somos os quilombos da beira do Rio Paranaíba que a maioria dos historiadores esconderam.¹⁶

A família continua em luta, os remanescentes dos Venturas e Oliveiras buscam por todos os meios legais a posse de suas terras herdadas por seus antepassados, herança real testamentada em cartório por um fazendeiro, a uma filha de ex-escrava. Por isso, discussão como essa – referente especificamente a esse quilombo – que ora abordamos, só no século XXI adentra no espaço acadêmico, visto que a realidade do Quilombo dos Teodoro Oliveira e Ventura permanece ausente das Academias do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e não se tem notícias de estudos sobre o mesmo em Minas Gerais ou noutras instituições de ensino do país.¹⁷

Atualmente, no local das terras da família Teodora de Oliveira há uma cerâmica, fazendeiros e uma mineradora, mesmo assim, residem na comunidade muitos familiares, vários desses sob o medo de morrerem ou perderem seu espaço. A comunidade possui um grupo cultural de Congado, que se apresenta em várias cidades próximas ao município de Patos de Minas, só que há um bom tempo o grupo não volta para a comunidade onde foi criado, pois tem medo do que pode acontecer.¹⁸

De acordo com José Antônio Ventura, embora a família possua documentos e inventário que comprovem a titularidade da área em nome deles, muitos já foram expulsos das terras, sendo que entre os anos de 1930 e 1942, 10 familiares foram assassinados, justamente quando estavam perto de conseguirem comprovar a posse da terra. José Antônio Ventura explica que os parentes que foram ao município de Serra do Salitre procurar a escritura e testamento no cartório da cidade nunca mais voltaram. “Minha avó sumiu, meu primo sumiu, tia e tio sumiram. Quem viajava nunca mais voltava”, comenta. Além disso, “quando alguém consegue chegar ao cartório para ver os documentos, o cartório se recusa a entregá-los”, completa. Outro problema enfrentado à época é que um antigo espaço destinado ao cemitério da família foi derrubado pela prefeitura e, conforme relata José Ventura, “as ossadas de seus familiares foram sendo jogadas fora, sem cuidado algum”.¹⁹ O desprezo aos restos mortais pode ser caracterizado como uma das outras formas de intimidação para que as famílias resistentes desistam de retornar às terras em

¹⁶ VENTURA, José. Coordenador da Central das lideranças Quilombos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – MG. Depoimento obtido em 29/07/2011.

¹⁸ VENTURA, José. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2482>. Acesso em novembro de 2011.

¹⁹ VENTURA José Antonio. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2482>. Acesso em novembro de 2011.



que seus pais, avós, viveram e sobreviveram após a Abolição ²⁰.

As atividades desenvolvidas pelos quilombolas nessa região envolviam toda uma rede de possibilidades que facilitavam a sobrevivência da comunidade como, por exemplo, a questão da caça, da coleta, da produção de alimentos como milho, “favas” e outros gêneros alimentícios, além da criação de gado, da mineração, do contrabando e assaltos a tropas do governo e de fazendeiros. No caso do Quilombo de Ambrósio, seus criadores utilizaram para a sua localização, vários elementos que lhes possibilitavam a resistência, fugas e sobrevivências cotidianas, conforme nota-se no depoimento de um morador de Ibiá e do movimento negro da cidade:

o quilombo de Ambrósio é um símbolo de resistência para que a gente passe aos futuros filhos, porque sem algo concreto, não entra na mente deles, então a gente tem de ter algo concreto, para que eles vejam. Foram vários ataques, foi necessário um especialista em quilombos para vir a região, que se não me engano foi Bartolomeu Bueno Prado, aqui era uma espécie de capital da Confederação dos Quilombos, onde que Ambrósio era o líder, então ele fazia a união desse pessoal, então o conhecimento que a gente tem dele é de um líder de uma comunidade que souberam escolher a região.²¹

Lugares baixos poucos visíveis que lhes propiciavam a defesa de seus territórios, maiores proximidades com rios e córregos que contribuía não só para a pesca como também para a manutenção da comunidade, áreas de caça próximas às matas que circundavam as diversas nascentes de água, regiões de terras férteis para a produção de alimentos e lugares próximos às áreas de minerações são fatores que ajudavam os guerreiros quilombolas na prática de contrabando e de assaltos a tropas de comerciantes ou mesmo a viajantes.²² Cleto Mário emociona-se ao falar de um passado que sobrevive com poucos vestígios arqueológicos:

Quando a gente entra aqui [no quilombo], a gente arrepia de saber que existiu uma pessoa que lutou, que deu a vida, tipo o Ambrósio, que deu a vida para a liberdade das pessoas, isso aí não tem explicação de dizer o que você sente. Quando havia diligências, se fosse de comerciantes, eles comercializavam os produtos que eles possuíam, e se fosse diligências de corruptos, que na época existiam, roubando o ouro da corte, eles assaltavam, os quilombolas eram muito bem informados, porque não foram só escravos que vieram para cá, vieram muita gente quando souberam o movimento de ouro, de agricultura, que vieram por conta própria, infiltravam-se no meio dos escravos e iam para os quilombos.²³

²⁰ Ver também: SANTOS, Vanilda Honória dos. **Espaço Geográfico e a Construção de Espaços Jurídicos em Comunidades Remanescentes de Quilombos**: lugares (in)visíveis. VIII Jornada Jovens Historiadores del Derecho, realizada de 28 a 30 de setembro de 2016, na Universidade Nacional de La Plata. La Plata, Argentina, 176-199. Disponível em: <https://fadhip.files.wordpress.com/2017/02/actas-jjihd2016.pdf>. Acesso em 20/05/2017.

²¹ SILVA, Cleto Mário da. Presidente do Movimento Negro de Ibiá-MG. Depoimento. Programa *Triângulo das Gerações*, 20/11/2011. Arquivo em mídia som, color, legendado, tempo: 12' (NTSC). Realização: CLOSE, Uberlândia, 2011.

²² CARDOSO, Juliana de Souza; GUIMARAES, Carlos Magno. *Arqueologia de Quilombos: arquitetura, alimentação e arte. Documentos diversos e dossiê de tombamento do Quilombo do Ambrósio*. Prefeitura Municipal de Ibiá/ Instituto do patrimônio Histórico e artístico nacional/IPHAN, Brasília, 1998.

²³ SILVA, Cleto Mário da., 2011.



É preciso considerar por quais razões esses conhecimentos foram ignorados e a relação com “quilombos” fora dos estudos acadêmicos, principalmente em Minas Gerais, tenha sido desconsiderada. Consideramos que a difusão da figura de um líder quilombola seria mais perigosa do que a de um Rei do Congo inserido no contexto do trabalho e não da revolta.

De outro lado, deve-se levar em consideração o interesse da sociedade escravocrata e seus adeptos em não propagar por meio de estudos mais abrangentes a existência de um quilombo tão estruturado e forte no Estado, que resistia à opressão meio século depois de ser destruído, o conhecido Quilombo de Zumbi dos Palmares. Por isso, quanto menos fossem conhecidas as demais rebeliões quilombolas Brasil afora, mais fácil poderia se destruir, ainda no início, essas revoltas no interior de Minas Gerais.

Um líder quilombola é mais perigoso do que uma figura mítica inventada.

Ambrósio era um agricultor, possuidor de terras ocupadas por vários núcleos familiares de negros livres e que teve suas terras invadidas, tomadas pela força das armas como se as mesmas fossem de quilombolas fugidos, amotinados, escravizados. O agricultor que se transformou em “rebelde” e na sequência foi considerado rei, o Rei Ambrósio, não possui biografia a não ser aquela construída pela tradição oral que se perdeu ao longo do tempo. Apesar da invisibilidade na história oficial, foi alçado à condição de “herói” e influenciaria centenas de comunidades quilombolas e povoados habitados por negros livres a continuarem resistindo em seus territórios. Muitos desses territórios foram transformados em terras devolutas do Estado, ocupadas por fazendeiros, políticos, comerciantes, militares e a própria Igreja católica.²⁴

Várias batalhas foram travadas contra os negros quilombolas que se encontravam principalmente em terras que o governo da capitania desejava ocupar, por isso, foram frequentes as concessões de sesmarias aos fazendeiros que podiam ser nomeados para investir e destruir quilombos, sendo que um dos núcleos mais resistentes ocupava uma faixa que envolvia as serras da Marcela, da Saudade, o Campo Grande e a Serra da Canastra, tendo sido o Quilombo de Ambrósio derrotado por três vezes, pois ressurgia em outros lugares.²⁵ Portanto, as lutas quilombolas pela posse de terras e de povoados habitados por populações não escravizadas e que ocupavam várias extensões de terras agricultáveis eram constantes.

²⁴ As concessões de sesmarias, por exemplo, implicavam também no pagamento de dízimos às ordens religiosas, além de estarem sujeitas a outras condições. O TREM DA HISTÓRIA, p. 06.

²⁵ Sobre a porquê de doação de sesmarias como forma de ocupação de terras em que se localizavam essas povoações quilombolas, cf., a “guerra contra os quilombos”. LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista/Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: Divisão Gráfica da Universidade Federal de Uberlândia, 2002, p. 73-75.



Em meados do século XVIII, Ambrósio ao fugir do pagamento de Imposto de Capitação que vigorou em Minas Gerais, estabeleceu-se como muitos outros negros na região onde atualmente se encontram os municípios de Aguanil, Campo Belo e Cristais, formando ali o que se denomina como a primeira povoação quilombola de Rei Ambrósio.²⁶ Eis que a indagação é por qual razão ofuscar a existência de um líder quilombola em uma das regiões mais violentas do país no tocante à destruição de povoações de negros livres? Temor de que as gerações seguintes soubessem que havia muitos negros livres, donos de algumas porções de terras e que se transformaram em agregados de fazendeiros ou foram obrigados a sair de suas terras por causa de assassinatos? Recuperar Ambrósio é refletir sobre o processo de luta de libertação, de já libertos desejarem viver e constituir suas visões de mundos.

Reconstituir a historicidade da figura emblemática de Rei Ambrósio não é simplesmente forjar um “herói” e oferecê-lo ao povo negro quilombista em especial. Discutir a existência e paralelamente o ofuscamento de Ambrósio, permite pensar um contexto mais amplo sobre as dinâmicas de resistências das povoações quilombolas e de negros livres nos sertões das Minas Gerais, demonstrando os seus vários meios de lidar contra um sistema opressor do qual não se submetiam como vítimas escravas que não se rebelavam, tornando-se em vitimizados históricos do escravismo, como em larga escala muitos estudos tentaram demonstrar.

O debate proposto é no sentido de reconhecimento dos homens e mulheres sob a liderança de Ambrósio, que questionaram por meio do uso da revolta armada, a situação de exclusão, exploração e aniquilamento de agentes históricos, negros livres que procuravam sobreviver utilizando suas técnicas de resistências e outras formas como caça e pesca, criação de animais e exploração de pequenas jazidas em locais de mineração; sendo que esse desconhecimento, esse ofuscamento de Rei Ambrósio faz com que se negue às povoações negras o direito a sua própria história.

Evidente que aos poucos uma nova historiografia está sendo construída e isso tem muito a ver com a presença de novos sujeitos nos espaços acadêmicos, vários desses com ligações diretas com as lutas quilombolas e as histórias ocultadas desse povo pela historiografia tradicional. O revisionismo do ponto de vista de outros olhares é salutar, amplia o debate e anuncia um novo tempo de estudos problematizadores por aqueles que outrora foram só objetos de pesquisa de academias. E é essa inversão dos lugares que igualmente incomoda os tradicionalistas que pensam ser o lugar de fala, o espaço do subjetivismo e não do intelectual.

²⁶ LIMA, Maria Salomé Reis Alves de. **Festa cultural**: o reinado em Aguanil, Campo Belo e Cristais - a força da tradição, a história de um povo. Campo Belo: Grafisa, 2010.



Ser estudado por aqueles que se julgam os únicos detentores de discursos não parece ser incomum, é naturalizado essa fala de autoridade. O questionamento surge no momento oportuno quando sujeitos provenientes desses lugares pesquisados, tornam-se autores de suas próprias vozes e de igual modo de suas comunidades. As pesquisas recentes a partir de fontes escritas acerca da história do Quilombo de Ambrósio e de seu líder quilombola em Minas Gerais configuram-se como contribuições para a história de Minas Gerais, sobretudo, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Revelá-lo, trazê-lo à luz é redescobrir em larga medida os modos de apropriações, explorações, de terras já ocupadas e habitadas por negros livres e brancos pobres nessas regiões. Quem produziu e reproduziu ao longo do tempo a história dos dominantes alicerçados, infiltrados e controladores do Estado, da Igreja e da política, certamente se sentem incomodados com essa presença no âmbito da pesquisa acadêmica, de indivíduos que procuram reabrir esses conhecimentos latifundiados há vários séculos, por uma elite intelectual pensante e determinante das histórias e dos modos de se contar essas histórias.

Considerações finais

Diante das problematizações de cunho historiográfico envolvendo as figuras de Chico Rei e especialmente de Rei Ambrósio, concluímos que a inserção de modo mais incisivo de Rei Ambrósio na historiografia quilombola brasileira é de suma relevância. Retratar-lo sob a ótica da resistência ao escravismo é ao mesmo tempo entender que sua luta contra a escravidão necessita ser discutida por meio de estudos, pesquisas e publicações, posto se tratar de uma história que faz parte de um dos maiores quilombos do Brasil, o Quilombo de Campo Grande, mais conhecido como Quilombo de Ambrósio em Minas Gerais.

Inserem-se nesse viés os enfrentamentos que continuam na contemporaneidade, com as demandas judiciais, nas quais estão envolvidas as famílias quilombolas Teodoro Oliveira e Ventura, que tentam retomar a propriedade de terras pertencentes aos seus antepassados, terras que foram usurpadas por fazendeiros e mineradoras que se instalaram na região de Serra do Salitre, no Alto Paranaíba em Minas Gerais. Conseqüentemente, faz-se necessário rever e atualizar a historiografia mineira a respeito das disputas das comunidades quilombolas e da importância de Rei Ambrósio, tanto antes quanto agora, como líder inspirador dessas batalhas.

Nesse aspecto, a presente reflexão teve como objetivo demonstrar que a memória de Rei Ambrósio permaneceu viva na oralidade dos quilombolas e congadeiros de várias regiões de



Minas Gerais, ainda que em larga medida a sua existência tenha sido invisibilizada pela historiografia tradicional.